

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****4ª VARA CÍVEL****RUA SORBONE 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min****SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1011739-45.2016.8.26.0566**
Classe – Assunto: **Procedimento Comum - Inadimplemento**
Requerente: **Varindur Participações Ltda.**
Requerido: **Roberto Kaefer e outros**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Flávia de Almeida Montingelli Zanferdini**

Vistos.

Trata-se de ação de cobrança ajuizada por VARINDUR PARTICIPAÇÕES LTDA. em face de ROBERTO KAEFER, SUSI MARY NICHELE KAEFER, VALCI LUIZ KAEFER, MARGARIDA SIRLEY KAEFER.

Pretende a autora que os réus sejam condenados ao pagamento da quantia de R\$ 698.199,60, em razão de inadimplemento do contrato de arrendamento rural firmado entre a autora e a Globoaves, no qual aqueles figuraram como fiadores.

Os réus apresentaram contestação de fls. 89/112, alegando incompetência do juízo, diante do juízo universal da recuperação judicial. Pugnaram pela concessão da justiça gratuita. No mérito, sustentam que o crédito da autora deve se sujeitar à recuperação judicial da devedora principal, acarretando a novação da dívida da recuperanda, estendendo-se a todos os devedores, principal e garantidores.

Réplica de fls. 182/193.

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****4ª VARA CÍVEL****RUA SORBONE 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

Decisão saneadora de fls. 198/199 afastou as preliminares suscitadas pelos réus, determinando a estes que trouxessem suas três últimas declarações de renda para apreciação do benefício.

Embargos de declaração opostos a fls. 202/207 não foram acolhidos em decisão de fls. 230.

Os réus não trouxeram os documentos determinados a fls. 198/199 (fls. 233).

É o Relatório.

Fundamento e Decido.

Possível o julgamento antecipado da lide, nos termos do art. 355, I, do NCPC, tratando-se de matéria de direito.

De início, indefiro os benefícios da gratuidade de justiça aos réus, uma vez que não deram cumprimento ao que lhes foi determinado pela decisão de fls. 198/199, deixando de apresentar suas três últimas declarações de renda.

No mérito, os réus não impugnaram o crédito perseguido pela autora, apenas se limitaram a sustentar que o crédito da autora deve se sujeitar aos efeitos da recuperação judicial.

Os réus, todavia, assumiram a obrigação para com a autora na qualidade de fiadores e devedores solidários (fls. 22).

Não há que se falar em benefício de ordem como pretendido pelos réus, uma vez que ao anuírem ao contrato na qualidade de fiadores solidários, a dívida pode ser perseguida em face de quaisquer dos devedores.

O deferimento do processamento da recuperação judicial da arrendatária do contrato não tem o condão de suspender o crédito em relação aos fiadores solidários, preservando-se as garantias firmadas no contrato



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
4ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

avençado.

Nesse sentido: “AÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE DÉBITO C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS – SENTENÇA DE IMPROCEDÊNCIA – APELAÇÃO - O autor confirmou a inadimplência da devedora principal com relação ao débito discutido na inicial – Tratando-se de devedor solidário, não se aplica o benefício de ordem, podendo o credor cobrar a integralidade do débito tanto do devedor principal quanto do responsável solidário - A recuperação judicial da devedora principal não atinge devedores solidários, fiadores e avalistas – Notificação da inscrição no cadastro de inadimplentes que não é dever da empresa credora – Inteligência da Súmula 359 do STJ - Sentença mantida. Recurso não provido. (Apelação 0002524-56.2013.8.26.0602 Relator(a): Marino Neto; Comarca: Sorocaba; Órgão julgador: 11ª Câmara de Direito Privado; Data do julgamento: 18/11/2015; Data de registro: 18/11/2015)”

De rigor, portanto, a procedência do pedido.

Pelo exposto, JULGO PROCEDENTE o pedido, condenando os réus, solidariamente, ao pagamento da quantia de R\$ 698.199,60 (seiscentos e noventa e oito mil cento e noventa e nove reais e sessenta centavos), a ser atualizada a partir do ajuizamento da ação e acrescida de juros de mora a partir da citação, bem como nas prestações sucessivas que se vencerem até o adimplemento da obrigação, nos termos do art. 323 do NCPC.

Sucumbentes, condeno os réus ao pagamento das custas, despesas processuais e honorários advocatícios, que fixo em 10% do valor da condenação.

Publique-se. Intimem-se.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
4ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

São Carlos, 08 de junho de 2017.

Juiz(a) **Flávia de Almeida Montingelli Zanferdini**

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**